



CONGRESSO NACIONAL

Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 17/2/2009 às 14h29
Fátima / Matr.: 28396

MPV-458

00153

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA 17/02/2009	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 458, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2009
4	AUTOR DEPUTADO HOMERO PEREIRA - PR	N.º PRONTUÁRIO
6	TIP 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA		
ARTIGO		
PARÁGRAF		
INCISO		
ALÍNEA		

EMENDA MODIFICATIVA

O artigo 19 da Medida Provisória nº 458, de 10 de fevereiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19 - Salvo direito adquirido, são nulas todas as cessões de direitos a terceiros que envolvam contratos firmados entre o INCRA e o ocupante, antes da data de publicação desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Diversos pequenos e médios produtores rurais são ocupantes de terras públicas da União na Amazônia, de forma mansa e pacífica, desde a década de 1960. Essas pessoas migraram de outras regiões do País estimuladas pelo governo federal ao longo dos últimos anos.

Em relação à posse e/ou domínio das terras, políticas públicas federais geraram uma série de situações fundiárias e firmaram, especialmente, títulos precários entre o órgão federal competente e os ocupantes, tais como: simples posses; ocupantes sem documento de ocupação, com processos formalizados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Licença de ocupações; Autorizações de ocupações; Contratos de Promessa de Compra e Venda de Terras Públicas Federais; Contratos de Alienação de Terras Públicas; entre outros.

A regularização fundiária não pode deixar de considerar o direito adquirido de tais ocupantes, simplesmente dando nulidade plena aos citados documentos. Além do que somente a regularização fundiária destas áreas poderá diminuir sensivelmente os atuais conflitos agrários e a pressão por novas áreas na floresta amazônica, trazendo segurança jurídica. O ordenamento jurídico brasileiro não deve contemplar situações que tornam nulos contratos e autorizações emitidas no passado pelo próprio governo federal, considerando o direito adquirido de inúmeros produtores rurais que praticam a cultura efetiva de terras para seu sustento.

10	ASSINATUR
----	-----------



O TEXTO DEVE SER DA TIPOLOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS